

MIGRAÇÃO, REFUGIADOS E O TRÁFICO DE SERES HUMANOS

**Ir. Maria Helena
Morra, ISCM***

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo analisar os aspectos da migração e da consequente ocorrência de tráfico de seres humanos, tratando este crime como afronta gravíssima aos Direitos Humanos e também discorrer sobre o desafio da humanidade diante da migração e a perspectiva bíblica a respeito do tema.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Tráfico de Seres Humanos, Migração, Dignidade da Pessoa Humana.

1. Introdução

O tráfico de seres humanos é tratado pelos doutrinadores, estudiosos, especialistas e curiosos atuais como uma espécie de escravidão contemporânea, a chamada escravidão do século XXI, visto que as características deste crime transnacional muito se assemelham às da escravidão do passado.

No Brasil, a abolição da escravatura data de 130 anos, sendo assim, é comum que se pense que a prática foi realmente abolida, já não fazendo mais parte da sociedade contemporânea. Afinal,

*Membro da equipe interdisciplinar da CRB Nacional - Mestre em Teologia - Doutora em Educação. Pós doutorado na área de Ensino. Assessora da Vida Religiosa no processo de reestruturação. Membro da ETAP - pesquisadora na área do Tráfico Humano - Migração - Direitos Humanos - Membro do Comitê científico - CSEM.

com a emergência dos valores de igualdade, dignidade e respeito à pessoa humana e com as garantias fundamentais, pensamento contrário geraria estranheza. Contudo, condições de trabalho análogas a de escravo, exploração sexual e de direitos infelizmente ainda são realidade.

O tráfico de seres humanos é exemplo claro de que a escravidão contemporânea existe e esta é prática condenada por diversas normas internacionais. Nesta perspectiva, o tráfico de seres humanos merece ser analisado a partir de princípios de Direitos Humanos, para que com isso as organizações internacionais, Estados e o povo lutem por sua extinção.

A globalização veio fortalecer a propagação deste crime, devido às facilidades trazidas pelas modernas tecnologias e também o de fluxo de pessoas. Com isso, possibilitou -se a metamorfose da antiga escravidão para uma versão contemporânea, onde persistem as violações dos princípios de direitos humanos quase que nos mesmos moldes do passado.

Contudo, desde os primórdios a prática é comum na sociedade, inclusive, encontramos menções

à escravidão na Escritura Sagrada, desde Gênesis. A Bíblia traz, ainda, menção a diversos migrantes que tiveram papéis importantes no caminho da salvação, tanto no Primeiro quanto no Segundo Testamento. Os migrantes, estrangeiros e peregrinos aparecem em diversas ocasiões, conforme será narrado no decorrer deste artigo.

2. Noções gerais

2.1. Dos Direitos Humanos

Mas afinal, o que são Direitos Humanos? Muitos são os conceitos existentes no ordenamento jurídico. Os mais completos são aqueles que trazem em seu corpo a concepção do caráter intrínseco desse direito, ou seja, todo ser humano já nasce possuindo-o, ele não é dado pelo ordenamento jurídico, é preexistente, na verdade a legislação vem apenas para normatizar sua aplicação, resguardando a dignidade de cada ser humano.

Nas palavras de Maria Helena Diniz, dignidade humana “é princípio moral de que o ser humano deve ser tratado como um fim e nunca como um meio”¹. Sendo

¹ Diniz, *Dicionário Jurídico*.

dignidade humana em sua concepção, portanto, direito intrínseco.

No mesmo sentido Fábio Konder Comparato ensina com propriedade que: “Todos os seres humanos, apesar das inúmeras diferenças biológicas e culturais que os distinguem entre si, merecem igual respeito, como únicos entes no mundo capazes de amar, descobrir a verdade e criar beleza.”² (grifo nosso) Concluindo assim que “ninguém - nenhum indivíduo, gênero, etnia, classe social, grupo religioso ou nação - pode-se afirmar superior aos demais³.”

2.2. Do surgimento dos direitos humanos na sociedade global contemporânea

Aprovada na resolução 217 (A) III da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, no dia 10 de dezembro de 1948, a DUDH proclama:

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade,

de, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforcem, através do ensino e da educação, em promover o respeito a esses direitos e liberdades e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, em assegurar o seu reconhecimento e observância (grifo nosso).

Composta de preâmbulo mais trinta artigos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos traz em seu corpo pilares indispensáveis à construção do caráter humanitário, já que foi ela que concretizou o ensinamento de que todos são iguais em dignidade, sendo um destes pilares o direito à liberdade.

O artigo III da DUDH determina que “*toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.*” Em seguida, no artigo IV, encontra-se a seguinte norma: “Ninguém será mantido em escravidão ou servidão, a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas”.

A partir da análise dos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos chegamos à conclusão de que os direitos humanos, em especial o direito à dignidade humana, não são apenas direitos individuais de cada ser, mas sim

² Comparato, *A afirmação histórica dos Direitos Humanos*, 10

³ Idem, 10

direitos universais pertencentes ao coletivo.

2.3. Tráfico de seres humanos

Definição

O Tráfico de Seres Humanos ou TSH possui como objetivo a deslocação, geralmente forçada ou coagida, de pessoas de um território a outro, não se tratando necessariamente do cruzamento de fronteiras de um país, ou seja, o deslocamento de pessoas de uma região para outra dentro de um mesmo país também caracteriza o crime de Tráfico de Seres Humanos.

Neste diapasão, o Ministério da Justiça, do Brasil, através da Coordenação de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas (2013), classifica como tráfico:

O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre ou

tra para fins de exploração, que incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas similares à escravidão, à servidão ou remoção de órgãos.

2.4. Causas do Tráfico de Seres Humanos

Muitos são os fatores preponderantes para a existência do crime de tráfico de seres humanos, os principais são:

- a) A pobreza e a desigualdade social e de oportunidades;
- b) A corrupção das autoridades responsáveis;
- c) Os lucros elevados;
- d) A globalização.

2.5. Globalização

Um dos fatores que contribuem para a prática deste crime é a globalização. Com o avanço tecnológico proporcionado por seu surgimento, as relações interpessoais se tornaram mais fáceis, a troca de informação entre pessoas do mundo inteiro não é mais obstáculo. Sendo assim, houve a facilitação da comunicação entre os integrantes da rede do tráfico.

Contudo, não foi só isso, com a ascensão do capitalismo a busca por dinheiro e melhores condições de vida fez com que aqueles que não dispunham destes privilégios se tornassem alvo fácil dos traficantes de pessoas. A pobreza faz com que a vulnerabilidade social aumente em níveis catastróficos, pessoas cansadas da miséria em que vivem são facilmente manipuladas pela ilusão do dinheiro fácil e ingressam nesse mercado sem saber o que as esperam.

2.6 A escravidão e o tráfico de pessoas na Bíblia

Quando a agricultura atingiu o estágio avançado de produção, a escravidão desenvolveu-se no Velho Oriente, ocasionada pela expansão da área de terras aráveis, o que exigiu o aumento da mão de obra.

Desde o patriarca até o primeiro século da era cristã, a escravidão é prática que permeia a Bíblia. Por trás do texto bíblico, pode-se notar a história do povo de Israel em diferentes estágios de desenvolvimento social. A ocorrência do tráfico de pessoas acompanha todo o período da Sagrada Escritura, do período dos

patriarcas e da permanência em Canaã.

Em Gênesis, capítulo 14, versículos 12-14, vemos a seguinte passagem:

12. Ao pôr-do-sol, Abrão foi tomado de um sono profundo, e eis que vieram sobre ele trevas densas e assustadoras. 13Então o SENHOR falou a Abrão: “Sabe, com toda a certeza, que a tua posteridade será peregrina em terra alheia, e será reduzida à escravidão, e será afligida por quatrocentos anos. 14Contudo Eu julgarei e castigarei a nação que a fizer sujeitar-se à escravidão; e depois de muitas aflições, teus descendentes sairão livres, levando muitas riquezas.

As denúncias iniciais ao sistema escravocrata vieram através dos profetas, porta-vozes de Deus em defesa dos oprimidos. Estes foram de grande importância em uma época em que a escravidão era tida como legal.

O número de pessoas reduzidas a escravos aumentava por todo antigo oriente. O mesmo ocorreu no Primeiro Testamento, a aristocracia das classes sacerdotais e a cúpula dos ricos permaneceram explorando o trabalho de agricultores, pescadores, tecelões, car-

pinteiros e, principalmente, dos escravos.

O cristianismo tem origem em diversas ocorrências de escravidão e tráfico de pessoas. Jesus Cristo, enquanto Messias, acolhe, dentre todos, também os escravos e àqueles pra quem o evangelho fora anunciado, estabelecendo-se em uma sociedade cujo pilar é a ocorrência do trabalho escravo e do tráfico de pessoas.

A chegada do Messias trouxe consigo a mensagem da existência do Reino de Deus e também trouxe a ideia da compreensão de Deus como Pai amoroso e da relação social fundada na irmandade. Os seguidores e discípulos de Jesus, servos ou senhores, deveriam viver como irmãos, e recebiam os mesmos sacramentos.

Portanto, a Bíblia enquanto narrativa do agir de Deus através do Cristo foi e é grande aliada ao conceito da dignidade da pessoa humana, que está presente desde a Revelação. Em sendo assim, podemos dizer que o tráfico de pessoas e a escravidão, além de crime hediondo diante das leis dos homens, é grande ofensa a Deus.

Como podemos verificar em Gálatas, capítulo 3. versículo 28:

28. Nisto não há judeu nem grego; não há servo nem livre; não há macho nem fêmea; porque todos vós sois um em Cristo Jesus. 29 E, se sois de Cristo, então sois descendência de Abraão, e herdeiros conforme a promessa”.

Em sendo assim, quando se vende ou trafica uma pessoa, quem o faz, vende e trafica o Cristo identificado nela. A dignidade humana tem seu fundamento em Deus.

3. Migrantes e refugiados

Podemos definir a migração como o movimento transnacional entre fronteiras, portanto, migrantes são pessoas que residem em país estrangeiro. O movimento transnacional pode ser regular, irregular, espontâneo, forçado, individual, coletivo e, de acordo com o tempo, vem sofrendo alterações em suas características.

No início deste e nos séculos anteriores, os cidadãos do norte do globo, como os europeus, por exemplo, eram os que migravam de seus países em busca de ter-

ras, fugindo de guerras. Hoje em dia, entretanto, o maior fluxo se inverteu devido a diversos fatores, ocasião em que se percebe haver mais pessoas de países do sul, migrando para países do norte, como o caso dos brasileiros que emigram para países da América do Norte e da Europa.

Entretanto, apesar da patente alteração do fluxo, as razões para que ele ocorra, permanecem, em sua grande maioria e respeitando suas especificidades, as mesmas. Muitos deixam seus países natais e partem para outros em busca de oportunidades que garantam melhores condições de vida.

Atualmente, devido aos conflitos armados, as migrações estão ocorrendo a partir de países da Ásia e África, tais como Síria, Nigéria, entre outros. O mesmo ocorreu com os haitianos que migraram para o sul do Brasil, após os desastres naturais de 2010, e fizeram com que nosso país entrasse na rota de migração global do século XXI, conforme se verifica na obra de Roberta Peres e Rosana Baeninger, denominada Migração de Crise, a migração Haitiana para o Brasil.

No contexto contemporâneo, temos, ainda, os refugiados que são emigrantes que deixam suas nações devido ao risco iminente de morte, fazendo com que sua recepção por outros países seja objeto de crise humanitária.

A Organização das Nações Unidas já considera a questão dos refugiados como a mais intensa crise humanitária do século. Em consequência das ações terroristas do grupo paramilitar denominado Estado Islâmico, houve intenso deslocamento dos Sírios para a Europa, através do mar Mediterrâneo.

Na América do Sul, o mesmo ocorre devido à crise política na Venezuela, o que vem causando a explosão demográfica nos países que abrigam estes refugiados, explosão esta que pode acarretar diversos problemas como fome, violência, desemprego, o que faz com que muitos países e governos optem pelo fechamento de fronteiras.

A crise humanitária dos refugiados, contudo, deve ser analisada para além do pensamento do capital. Deve-se compreender

que aquele que busca refúgio em outro país, o faz por não ter mais opção, pois o faz devido ao risco iminente de morte. É necessário que haja o esforço conjunto dos órgãos governamentais, da iniciativa privada e da população em geral, pois para além da economia, deve-se vislumbrar o aspecto humanitário da situação.

Enquanto cidadãos, cada um de nós deve prezar para que todos nós tenhamos acesso ao básico, faz-se necessário que haja senso de humanidade para que enxerguemos para além de nós mesmos, a superação da crise virá através do acolhimento e do tratamento do refugiado e do imigrante com respeito e dignidade.

O migrante na perspectiva da Sagrada Escritura

“Como um natural entre vós será o estrangeiro que peregrina convosco; amá-lo-ás como a ti mesmo, pois estrangeiros fostes na terra do Egito. Eu sou o Senhor vosso Deus” (Lv 19, 34).

A leitura da Bíblia nos faz perceber que Deus sempre se preocupou com migrantes, o povo de Israel foi repetidamente ensinado a respeitar e a amar os estrangei-

ros, conforme se verifica em Êxodo 22, 21.

Todos os homens são estrangeiros na terra de Deus (Lv 25,23), a maior figura de fé da Bíblia era estrangeira. Abraão migrou para Canaã a mando de Deus.

“(…) Sai-te da tua terra, da tua parentela e da casa de teu pai, para a terra que eu te mostrarei. E far-te-ei uma grande nação, e abençoar-te-ei e engrandecerei o teu nome; e tu serás uma benção. E abençoarei os que te abençoarem e amaldiçoarei os que te amaldiçoarem; e em ti serão benditas todas as famílias da terra”. (Gn 12, 1-3).

Da mesma forma, Moisés foi um migrante por toda sua vida e a ele Deus confiou a tarefa de salvar o povo de Abraão, que sofria como escravo no Egito. Durante toda a passagem bíblica, os migrantes exerceram diversos papéis, a própria comunidade cristã foi obrigada a migrar devido às perseguições que sofreu após a Ressurreição do Cristo.

Devemos compreender que devido às migrações é que houve o espalhamento da Palavra de Deus e que sua igreja é abençoada, pois agrega novos filhos à comunidade cristã também através da

migração. À luz do Evangelho do Cristo, quando acolhemos o migrante, acolhemos o próprio Cristo identificado nele e através da acolhida dessas pessoas, estamos em comunhão com o Redentor.

A comunidade cristã, de forma alguma, pode tolerar a indiferença ou a rejeição de qualquer pessoa, estrangeira, migrante, refugiada, de outra religião, ou ateia. As migrações atingem a dimensão religiosa do homem e devemos receber uns aos outros, como Cristo nos recebeu para a Glória de Deus (Rm 15-7).

4. Conclusão

Conclui-se com base nos apontamentos suscitados que, para que alcancemos uma sociedade onde todos vivam harmonicamente, em caráter fraterno, conforme estabelece a Declaração Universal de Direitos Humanos, atitudes pró-humanitárias devem ser tomadas, sempre objetivando a união e igualdade entre os povos.

Bibliografia:

- Baeninger, Rosana; Peres, Roberta. “Migração de Crise: a migração haitiana para o Bra-

sil”. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais* 34, 1 (2017).

- Bobbio, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- Decreto n. 5.017 de 12 de março de 2004. “Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Criança”. *Jusbrasil*, <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2004/03/15> (Acesso em 05 de agosto de 2020).
- Comparato, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos Direitos Humanos*. São Paulo: Saraiva, 2018.
- Diniz, Maria Helena. *Dicionário Jurídico*. São Paulo, 1998. Vol. 2.
- Giaretta, Rita. *Non piú schiave - Casa Rut. Il coraggio di una Comunità*. Itália: Marlin, 2007.
- Neves, Isabela Dias; Costa, Fabrício Veiga (orgs.). *Pesquisa Jurídica no Estado Democrático: I Encontro Interinstitucional de Iniciação Científica em Direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.